

As Implicações da Surdez no Processo de Escolarização da Pessoa Surda

Leila Couto Mattos

Pedagoga especializada em Surdez
Fonoaudióloga especializada em Audiologia Educacional
Mestranda em Educação Especial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Professora do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES.
Coordenadora Pedagógica da Associação Internacional “Guy Perdoncini” para o Estudo e a Pesquisa da Deficiência Auditiva – AIPEDA.

Resumo:

Este trabalho tem por objetivo levantar algumas implicações da surdez para o processo de letramento da criança surda.

As discussões em torno do processo de escolarização da pessoa surda são, historicamente, bastante freqüentes, principalmente no que diz respeito à modalidade de comunicação e à língua propriamente dita, que deverá ser considerada no processo de letramento desses indivíduos. Também devem ser consideradas as diferentes opiniões acerca do ‘lugar de escolarização’ da pessoa surda, que pode ocorrer nas escolas especiais, nas escolas regulares ou nas escolas inclusivas.

Entretanto, a dificuldade encontrada pelos profissionais para o estabelecimento de um processo de escolarização eficiente está sempre presente. Porém, talvez possa-se pensar que a resposta a todas essas dificuldades não esteja no consenso, e sim nos diferentes campos de

conhecimento que, quando em situação de transdisciplinariedade, muito podem construir.

Abstract:

This study brings into consideration the implications of the deafness to the process of formal ‘scholarization’.

Historically, the issue of the ‘scholarization’ process of the deaf people is frequently addressed specially regarding the communication modality and the language which should be considered in their education process. Different opinions concerning the educational setting of deaf people should also be considered, which can be the special schools, regular schools or the inclusive schools.

However, the difficulty of the professionals is always when considering an educational process and its effectiveness. Therefore, one can think that the answer is not a consensus. Rather, it belongs to all the different fields when in interdisciplinary situation can built our support to deal with those issues.

Este trabalho tem por objetivo levantar algumas implicações da surdez para o processo de letramento da criança surda. A consequência natural de uma surdez neurosensorial, severa ou profunda, é, sem dúvida, a não aquisição da linguagem oral, de forma natural, pela criança. **Dessa forma, a criança surda, quando chega à escola, diferentemente da criança ouvinte, não tem a língua oral adquirida. Via de regra, não tem língua alguma.**

Colocada como algo ‘especial’; a educação dessas crianças vem lutando no sentido de desenvolver um processo de letramento de qualidade e, portanto, eficaz. Ou seja, espera-se oferecer condições para que a criança surda, no mínimo, alcance o domínio da linguagem escrita. Muitas são as pesquisas e propostas de trabalho. Poucos são os resultados obtidos.

As propostas governamentais rela-

tivas ao 'lugar da escolarização' de crianças surdas, até a década de 90, através das políticas públicas educacionais na área da surdez, subsidiavam ações voltadas à manutenção de escolas especiais e à integração de alunos surdos nas escolas regulares, sempre que isso fosse possível, de acordo com as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1961; 1996)

A partir de 94, com a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais – Declaração de Salamanca, ergue-se a bandeira da inclusão, considerada no sentido de que, *“... as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades.”* (p. 10)

Por outro lado, entretanto, a própria Declaração de Salamanca afirma:

“As políticas educacionais deverão levar em conta as diferenças individuais e as diversas situações. Deve ser levada em consideração, por exemplo, a importância da linguagem dos sinais como meio de comunicação para os surdos, e ser assegurado a todos os surdos acesso ao ensino da linguagem de sinais de seu país. Face às necessidades específicas de comunicação de surdos e de surdos-cegos, seria mais conveniente que a educação lhes fosse ministrada em escolas especiais ou em classes ou unidades especiais nas escolas comuns.” (p. 30).

Embora as discussões em torno do processo de escolarização da pessoa surda sejam, historicamente, bastante freqüentes, principalmente, no que diz

Nas escolas regulares que têm alunos surdos incluídos em suas salas de aulas, a língua através da qual a prática pedagógica é constituída é a língua portuguesa oral e escrita.

respeito à modalidade de comunicação e à língua propriamente dita, que deverá ser considerada no processo de letramento desses indivíduos, **essa dualidade constante do processo educacional brasileiro tem contribuído de forma decisiva para o aumento dos estudos e pesquisas nessa área.**

Nas escolas regulares que têm alunos surdos incluídos em suas salas de aulas, a língua através da qual a prática pedagógica é constituída é a língua portuguesa oral e escrita. Entretanto, o aluno com surdez severa ou profunda não adquire naturalmente essa língua, sendo necessário que se lance mão de recursos específicos à sua aprendizagem. Esse processo, por sua vez, demanda um tempo que, mesmo variando de acordo com as condições que se tem para realizar um trabalho tão específico, é sempre muito longo. É de se questionar, portanto, como encontram-se os alunos com surdez severa ou profunda, *‘incluídos’ nas salas de aula das escolas regulares. Quase sempre, a prática nos mostra que esses alunos encontram-se com sérias dificuldades de aprendizagem, alterações comportamentais, em abandono num canto da sala de aula, ou em*

tantas outras situações de dificuldades.

Nas escolas especiais para alunos surdos, a língua através da qual a prática educacional é construída vai depender da filosofia e, conseqüentemente, da metodologia escolhida por cada escola. Quando a escola opta pela filosofia oralista, a língua utilizada é a língua portuguesa oral e escrita. Mas se a escola tem uma filosofia bilíngüe, ou seja, reconhece tanto a importância da língua brasileira de sinais, a LIBRAS, como da língua portuguesa no processo de escolarização dos alunos surdos, **todos os atores envolvidos no processo educacional vão contar com um novidade, qual seja o uso da LIBRAS no cotidiano escolar. Entretanto, a aquisição e o domínio dessa língua, demandam uma série de recursos que nem sempre estão disponíveis.** Além disso, a grande maioria das famílias e dos profissionais envolvidos com a criança surda é ouvinte e não domina a LIBRAS.

Muitos especialistas em educação e surdez discutem os aspectos da escolarização relativos ao tipo e escola mais adequada à criança surda, diferenciando-os, basicamente, por duas posições teóricas, que se opõem: uma à outra a inclusão do aluno surdo na escola

regular (GLAT, 1998; MANTOAN, 1998; SANTOS, 2000; KOSLOWSKI, 2000;) e a manutenção da escola especial para surdos (SKLIAR, 1997; FELIPE, 1997; PERLIN & QUADROS, 1997;).

Entretanto, BUENO (1999) deslo-

surdez e inclusão afirmando que: *“A proposição de que os alunos surdos convivam com as demais crianças em uma escola regular só é compreensível desde que garantidas as suas necessidades educativas especiais.”*

A partir de pesquisa realizada com professores da escola regular do ensino

Segundo o autor, não só os alunos surdos, mas todos os alunos socialmente excluídos não vêm se beneficiando da escola pública.

ca a discussão em torno da escola especial e da escola regular, no processo de escolarização de alunos surdos, para a necessidade de democratização da escola de qualidade para todos. Segundo o autor, não só os alunos surdos, mas todos os alunos socialmente excluídos não vêm se beneficiando da escola pública.

Na mesma direção de BUENO encontra-se CASTRO (1998), que, após pesquisa realizada na Secretaria Municipal de Educação de Natal- RN, conclui

“... as dificuldades no trabalho escolar apontadas pelas professoras são dificuldades relacionadas ao trabalho com todos os alunos e não apenas com aqueles alunos com deficiência incluídos na sala de aula regular, pois estas dificuldades são das suas condições de trabalho.”

KELMAN & FERNANDES (1998) concluem seus estudos sobre

fundamental, SOUZA & COSTA (1998) relatam que *“... todos os entrevistados foram unânimes em admitir que os deficientes auditivos podem oferecer a mesma contribuição à sociedade, em comparação ao indivíduo ouvinte.”*

Porém, a história da educação de surdos, não muito diferente de outros países, no Brasil sempre esteve envolta em sérias divergências, também em relação a uma modalidade de comunicação que dê suporte ao processo de escolarização de alunos surdos. A bibliografia encontrada é vasta e pode ser vista em autores como LENZICOUTO, 1988; CICCONE, 1996; GOLDFELD, 1997; SKLIAR, 1997; FERNANDES, 2000; KOSLOWSKI, 2000; MALTEZ, 2000.

Em relação à bibliografia internacional referente à área da surdez que foi pesquisada, alguns importantes achados foram feitos.

O American Annals of the Deaf, em sua valiosíssima edição volume XLII, Nº 2, datada de fevereiro de 1897, em um artigo de DUDLEY sobre a escola ideal para o surdo, fala da opinião do autor sobre a questão da comunicação:

“Agora, em minha opinião, se nós queremos ser bem sucedidos em ensinar fala para o surdo, nós precisamos fazê-lo através da formação desse hábito nos seus primeiros anos de vida escolar, enquanto eles ainda estão inconscientes do criticismo e do não treinamento de algum outro fácil meio de comunicação.” (Pg. 67)

Alguns anos mais tarde, o mesmo American Annals of the Deaf, em seu volume LXXVI, datado de 1931, Nº 1, define:

“Métodos de instrução nas escolas americanas para surdos:

- Método Manual: utiliza sinais, o alfabeto manual e a escrita.
- Método do Alfabeto Manual: utiliza o alfabeto manual e a escrita.
- Método Oral: utiliza a fala, a leitura labial e a escrita.
- Método Auricular: utiliza a audição dos semimudos, a fala e a escrita.
- Método Sistema Combinado: utiliza a fala e a leitura labial e mais os métodos manual e do alfabeto manual.” (Pg. 9)

Em 1848, outra valiosa publicação, o American Annals of the Deaf and Dumb, em seu volume 1, em artigo intitulado “Instrução Primária do Surdo Mudo” de WOODRUFF, faz a seguinte citação:

“Três coisas devem estar na mente: os surdos mudos não são intelectualmente deficientes nem têm deficiência nas faculdades morais; eles formam hábitos por observação, o que dá certa aquisição de conhecimento; eles têm uma comunicação média com seus instrutores.” (Pg. 49)

No mesmo volume, GALLAUDET, em um artigo intitulado “A Linguagem Natural dos Sinais; e seu valor e uso na instrução do surdo mudo refere-se à controvérsia já existente sobre a questão:

“A extensão na qual os sinais naturais precisam ser encorajados e usados no processo é uma questão sobre a qual existe considerável diversidade de pontos de vista, especialmente na Europa, entre as várias escolas, e entre professores cujos talentos e experiências mostram suas respectivas opiniões com muito peso.” (Pg. 79)

Mais recentemente, BRACKETT & MAXON (1992) reconhecem que a questão da seleção da modalidade de comunicação tem criado enorme controvérsia na área da educação da surdez. As autoras consideram a aprendizagem da linguagem oral, pela criança surda, como uma necessidade, independentemente da modalidade de comunicação escolhida pelo sistema educacional, pois sempre houve grande controvérsia em relação ao melhor sistema para uma criança surda aprender e usar

... a escolha de uma determinada modalidade de educação irá causar impacto direto sobre todos os membros da família...

linguagem. Chamam também a atenção para o fato de que o profissional envolvido na decisão inicial precisa estar atento, porque a escolha de uma determinada modalidade de educação irá causar impacto direto sobre todos os membros da família e terá, ainda, ramificações sobre a escolha do lugar no qual a criança será educada. Essa escolha, segundo as autoras, deverá ser feita com base em fatores relacionados à própria criança, à família e à comunidade.

MOORES (1996) dedica um capítulo do seu livro, *Educating the deaf – Psychology, Principles, and Practices*, às perspectivas históricas da educação de surdos nos Estados Unidos no século XXI, onde deixa claro a controvérsia entre os defensores dos ‘sinais metódicos’, que seguiam a estrutura do inglês, e os defensores da linguagem ‘natural’, sinalizada com estrutura diferente do inglês, e ainda faz referências à um pequeno grupo que defendia o alfabeto manual (pg. 64). O autor conclui o capítulo colocando como o maior obstáculo ao progresso da educação de surdos a opressão dos indivíduos surdos por ad-

ministradores (gestores) ouvintes e na intensa e freqüente ‘discordância ácida’ entre os defensores do sistema unicamente oral de instrução e os que advogam a favor do sistema combinado de instrução, oral e gestual. O legado desses dois ásperos e hostis campos continua no século XX. Só a partir dos anos mais recentes é que se inicia um forte movimento de reconciliação e reconhecimento da importância de todas essas diferentes questões. (pg.80)

No Brasil, em pesquisa histórica, realizada por ROCHA (1997) sobre o Instituto Nacional de Educação de Surdos, órgão federal, situado na cidade do Rio de Janeiro e atualmente centro de referência nacional na área da surdez, encontramos menção ao primeiro livro publicado na área da surdez por Tobias Leite, nomeado diretor efetivo do Instituto entre 1872 e 1896, onde, segundo ROCHA,

“todas as questões que atravessaram o tempo e ainda são interrogações no dia-a-dia da escolarização das pessoas surdas estão lá: definição de surdez, aptidão para a fala, linguagem dos sinais e

sua utilização, a escrita, o alfabeto manual, enfim, uma leitura instigante de temas atuais.”

Mais adiante, a autora refere-se ao professor Candido Jucá, professor interino de linguagem escrita que passa a ocupar a cadeira de linguagem articulada, tornando-se um “célebre oralista no Instituto” (pg. 11), e que

“... reabria também a discussão eterna desta área cujos primeiros protagonistas públicos foram o Abade Lépée e o pastor Samuel Heinicke. Essa discussão refletia uma certa alternância na condução da escolaridade no Instituto”.

Já a partir das décadas de 80 e 90, COUTO-LENZI, em inúmeros trabalhos (1988, 1996, 1997, 2000), trata da importância da aquisição da linguagem oral pelas crianças surdas, afirmando sua capacidade para desenvolver a audição residual, tornando-a funcional e, então, chegar, de forma o mais natural possível, à linguagem oral. A partir da linguagem oral, a autora propõe a aquisição da língua escrita.

Reconhecendo a importância da aquisição da linguagem oral pela criança surda, KOZLOWSKI (2000) considera também a Língua de Sinais e sugere a aquisição das duas línguas, simultaneamente, embora em momentos diferenciados. Para a autora não existe prioridade de uma língua sobre a ou-

... a autora considera a língua de sinais como a língua ‘natural’ do surdo, e como tal deve ser adquirida em primeiro lugar.

tra. As duas têm o mesmo grau de importância e devem ser adquiridas pela pessoa surda desde a educação precoce, ou seja, a partir de 0 a 3 anos.

Para FERNANDES (1996), é importante que tanto a língua de sinais quanto a língua portuguesa seja oferecida ao surdo. Porém, a autora considera a língua de sinais como a língua ‘natural’ do surdo, e como tal deve ser adquirida em primeiro lugar. Dessa forma, a língua portuguesa é considerada como a segunda língua para o surdo.

Em sua dissertação de mestrado (1992), REIS elabora minucioso estudo sobre os métodos, oral e gestual, bem como sobre seus defensores e seus argumentos, de defesa e de contestação, constituindo assim uma abrangente exposição da polêmica controversa, de raízes históricas, sobre a educação de surdos.

A Secretaria de Educação Especial, órgão do Ministério da Educação e do Desporto, na série Atualidades Pedagógicas, refere-se à escolarização dos alunos surdos dizendo:

“O que se constata é que o ritmo da apren-

dizagem, devido aos bloqueios na comunicação, costuma ser mais lento.... Não se trata de uma limitação intelectual impeditiva do processo de aprendizagem, e sim de uma característica decorrente das implicações impostas pela surdez e pela tardia ou não participação nos programas de estimulação precoce e de educação pré-escolar, que dificultam o aprendizado da língua portuguesa (na modalidade oral) e no que se refere à aquisição da língua brasileira de sinais.” (MEC/SEESP, 1997, pg. 290, vol. II).

Como visto, não há consenso em relação a essa questão. Alguns especialistas defendem a tese da escola especial como a mais adequada aos alunos surdos e outros afirmam que a inclusão do aluno surdo na escola regular é possível. Nesse último grupo encontram-se os que condicionam a inclusão aos recursos necessários à especificidade da surdez e os que a condicionam à melhoria da qualidade de ensino, de um modo geral. Em relação à modalidade comunicativa, também não há consenso. Há quem considere somente a lín-

gua portuguesa em suas modalidades oral e escrita, há, quem considere somente a LIBRAS e há ainda, quem considere as duas línguas como fundamentais para o desenvolvimento global da criança surda.

Na verdade, as pesquisas realizadas parecem não concluir em relação à eficácia ou não dos sistemas de ensino, regular e especial, quanto ao processo de escolarização de alunos surdos, nem mesmo quanto à existência de uma única modalidade comunicativa.

Entretanto, a dificuldade encontrada pelos profissionais na construção de um processo de letramento que seja realmente eficaz mobiliza à todos nós. Em consequência da não existência de uma língua comum, através da qual o processo de escolarização possa se efetivar, barreiras à aprendizagem, as quais mui-

longe de se pretender oferecer possíveis saídas, filosóficas ou metodológicas, espera-se, através deste estudo, sensibilizar famílias, estudiosos e profissionais quanto à riqueza da diversidade encontrada entre nossos alunos e suas famílias.

tas vezes intransponíveis, estão se solidificando ao longo dos anos. Mas longe de se pretender oferecer possíveis saídas, filosóficas ou metodológicas, espera-se, através deste estudo, sensibilizar famílias, estudiosos e profissionais quanto à riqueza da diversidade encontrada entre nossos alunos e suas famílias. **Chamar atenção para o fato de que será exatamente através da interação com o não conhecido que**

será possível conhecer e construir um processo efetivo de letramento. Mais especificamente, quanto a nós, profissionais, espera-se o respeito pelas diferenças, entre os vários campos de conhecimento, que, quando em situação de transdisciplinariedade, muito podem construir. **Talvez a resposta não esteja no consenso, mas sim na transdisciplinariedade, que só a diversidade possibilita.**

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Lei nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996*, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, MEC, 1996.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS. *Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais*. Salamanca, Espanha. 1994.

LEIS BÁSICAS DO ENSINO DE 1º E 2º GRAUS – LEIS Nº 4.024/61 E 5.692/71. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus, Brasília: 1984.

COUTO, Alpia. *Como Posso Falar. Aprendizagem da Língua Portuguesa pelo Deficiente Auditivo*. Rio de Janeiro: Aula, 1988.

-AUDIÇÃO é o futuro da criança surda. Rio de Janeiro: AIPEDA, 1996.

-Comunicação Infantil. Rio de Janeiro: AIPEDA, 1996.

COUTO-LENZI, Álpia. *Reaprendendo a OUVIR*. Rio de Janeiro: Artimpres, 2000.

-Percepção da Fala – TESTE. Rio de Janeiro: AIPEDA, 1997.

CICCONE, Marta. *Comunicação Total. Introdução. Estratégias. A Pessoa Surda*. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1996.

GOLDFELD, Marcia. *A Criança Surda. Linguagem e Cognição numa Perspectiva SocioInteracionista*. São Paulo: Plexus, 1997.

SKLLAR, C. A Educação para os Surdos entre a Pedagogia Especial e as Políticas para as Diferenças. *Palestra proferida no Seminário Desafios e Possibilidades na Educação Bilíngue para Surdos. De 21 a 23 de julho de 1997. Instituto Nacional de Educação de Surdos. RJ.*

FERNANDES, Eulália. *Língua de Sinais e desenvolvimento cognitivo de crianças surdas*. ESPAÇO -

Informativo Técnico científico do INES, N° 13, Jan/Junh, Rio de Janeiro: INES, 2000.

-*Pensamento e Linguagem*. ESPAÇO - Informativo Técnico-Científico do INES, ANO IV, N° 5, Rio de Janeiro: INES, 1995/1996.

MALTEZ, Sônia. *Escolarização de Aprendizes Surdos- Escola Regular e Escola Especial. Palestra proferida no V Seminário Nacional do INES – SURDEZ: Desafios para o Próximo Milênio. De 19 a 22 de setembro de 2000. Instituto Nacional de Educação de Surdos. RJ.*

DUDLEY, D. C. *An Ideal School for the Deaf in American Annals of the Deaf*,; Volume XLII; N° 1; 1897.

FUSFELD, Irving S. *Methods os Instruction in American Schools for the Deaf in American Annals of the Deaf*, Volume LXXVI, N° 1, 1931.

WODRUFF, Lucius H. *Primary Instruction of the Deaf and Dumb in American Annals of the Deaf and Dumb*, Volume 1, New York: HARTFORD, 1848.

GALLAUDET, T. H. *The Natural Language os Signs; And this Value and Uses in the Instruction of the Deaf and Dumb in American Annals of the Deaf and Dumb*, Volume 1, New York: HARTFORD, 1848.

BRACKETT, Diane & MAXON, Antonia B. *The Hearing Impaired Child – Infancy through High-School Years*. United States of America: Andover Medical Publishers, 1992.

MOORES, Donald F. *EDUCATING THE DEAF – Psychology, Principles, and Practices*. USA: Houghton Mifflin Company, 1996.

ROCHA, Solange. *Histórico do INES*. Informativo Técnico-Científico do INES – Edição Comemorativa 140 Anos. Belo Horizonte: Littera, 1997.

KOSLOWSKI, L. A Educação Bilíngüe para Surdos: O Modelo Bilíngüe/Bicultural na Educação do Surdo. *Palestra proferida no V Seminário Nacional do INES – SURDEZ: Desafios para o Próximo Milênio. De 19 a 22 de setembro de 2000. Instituto Nacional de Educação de Surdos. RJ.*

REIS, Vania Prata Ferreira Reis. *Metodologia de Ensino na Educação de Surdos: um estudo comparativo in Anais do Seminário Repensando a Educação da Pessoa Surda*. Instituto Nacional de Educação de Surdos, Rio de Janeiro, 1996.

Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. *Educação Especial – Educação dos Surdos*. Volume II, Série Atualidades Pedagógicas, N° 4, Brasília: MEC/SEESP, 1997.